

S e n a d o r a
Patrícia
Saboya Gomes

Balanço das principais atividades
desenvolvidas no ano de 2004



Palavra da **senadora**

Concluo meu segundo ano de mandato como senadora eleita pelos cearenses cada vez mais ciente da responsabilidade de todos nós diante do enorme desafio de transformar o Brasil em uma Nação melhor e mais justa. É certo que, em 2004, tivemos conquistas importantes e, entre esses avanços, não poderia deixar de ressaltar a recuperação do crescimento da economia. Nos três primeiros trimestres do ano, o nosso Produto Interno Bruto aumentou 5,3% em relação ao mesmo período de 2003, indicando que o País dá passos firmes para retomar o curso do desenvolvimento.

Apesar do desempenho animador da economia, embalado pela expansão significativa da indústria e pelos bons ventos que sopram do campo em decorrência da expressiva *performance* da atividade agropecuária, a nossa gigantesca dívida social está longe de ser resgatada. O Brasil continua sendo um País grande, com imensas potencialidades, mas absurdamente desigual. Desigualdade que não está ligada somente à questão da renda, mas também a fatores como a raça das pessoas, a região em que vivem, ao gênero ou a sua faixa etária.

Temos, portanto, um árduo caminho a percorrer para assegurar melhores condições de vida para todos os brasileiros, sobretudo para as novas gerações. E é por entender que a população infanto-juvenil acaba sendo a mais prejudicada por problemas como a pobreza e a exclusão social que tenho me dedicado com especial atenção à defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Continuando essa luta, concluímos, em 2004, os trabalhos de mais de um ano na CPMI que investigou as redes de exploração sexual de meninos e meninas. No relatório final da comissão, além de apresentarmos o produto de uma profunda investigação em todo o Brasil, procuramos apontar alternativas para melhorar as leis e aprimorar as atuais políticas públicas de prevenção e combate a esse fenômeno. Estou convencida de que a CPMI foi um importante instrumento de enfrentamento da exploração sexual na medida em que conseguiu, com sua força política e de mobilização social, romper a barreira de silêncio que tenta encobrir esses crimes.

Além de me dedicar à causa da infância e da adolescência, participei ativamente, como vice-líder do Governo, das principais discussões nacionais realizadas no Senado Federal, entre as quais destaco as reformas tributária e do Judiciário, a lei de biossegurança e as Parcerias Público-Privadas, as chamadas PPPs – sempre com o olhar voltado para um desenvolvimento mais equilibrado para o Nordeste e, em particular, o Ceará. A partir de 2005, pretendo concentrar ainda mais esforços na batalha pela

superação das disparidades regionais. Não tenho dúvidas de que o nosso Estado dispõe de todas as condições para avançar mais na economia sem, contudo, deixar de promover a tão sonhada distribuição de renda.

Nas próximas páginas, apresento um balanço das principais atividades realizadas pelo nosso mandato em 2004. Espero, assim, estreitar os mecanismos de comunicação com os cearenses, disponibilizando a todos o nosso gabinete, em Brasília, e o nosso escritório de Fortaleza.

Um grande abraço,

Patrícia Saboya Gomes

Senadora Patrícia recebe, no Congresso Nacional, jovens que lutam contra a exploração sexual



Compromisso com a **infância e a adolescência**

A defesa dos direitos de meninos e meninas continua sendo uma das maiores prioridades do mandato de Patrícia Saboya

A Senadora Patrícia Saboya Gomes tem se destacado na luta por mais qualidade de vida para todos os meninos e meninas do País. E, em 2004, intensificou esse trabalho por entender que, embora o Brasil tenha avançado bastante na batalha pelo cumprimento dos direitos da população infanto-juvenil nos últimos anos, ainda há muitos desafios para que seja possível transformar em realidade o preceito constitucional da prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes, expresso no artigo 227 da nossa Carta Magna. De acordo com o Censo 2000 do IBGE, no Brasil existem mais de 60 milhões de pessoas na faixa etária entre zero e 17 anos, o que representa cerca de 36% da população do País. Lamentavelmente, boa parte desses meninos e meninas – 45%, também segundo o IBGE – vive em famílias com renda *per capita* menor que meio salário mínimo.

Ajudar a mudar esse panorama, construindo estreitas parcerias com o Executivo e a sociedade civil, é tarefa prioritária para Patrícia, que é coordenadora da Frente

Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente no Senado Federal. Pode-se afirmar, com segurança, que o ano de 2004 foi bastante produtivo nesse sentido. Entre as mais relevantes conquistas está a conclusão das atividades da CPMI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – um trabalho que causou, inclusive, impacto internacional.



Os resultados da CPMI da Exploração Sexual

Presidida pela Senadora Patrícia, a comissão que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes foi instalada em junho de 2003 e trabalhou até julho de 2004, quando os parlamentares aprovaram seu relatório final. Para investigar esses crimes tão bárbaros, a CPMI percorreu todas as regiões do Brasil. Foram visitados 22 estados, realizadas



**Protagonismo juvenil:
adolescentes vão ao
Parlamento pedir por
melhores condições de vida**

34 reuniões e audiências públicas, além de 20 diligências. Os parlamentares analisaram 958 documentos, ouviram 285 pessoas e receberam 832 denúncias vindas de todo o País, das quais 543 resultaram em notícias-crime. No seu relatório final, a comissão sugeriu o indiciamento de cerca de 250 pessoas, entre políticos, empresários, magistrados, líderes religiosos e esportistas.

A CPMI constatou que a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes está disseminada em todo o Brasil, aparecendo tanto nos grandes centros urbanos quanto nas pequenas cidades. Trata-se de um fenômeno complexo, que não está ligado somente à pobreza e à miséria, mas também a questões culturais, como o machismo, o preconceito racial e a idéia de que o adulto tem poder sobre a criança. A exploração sexual comercial no Brasil, de modo geral, conta com a ação organizada de redes que reduzem meninas e meninos à condição de mercadoria, tratados como objeto para dar prazer ao adulto.

A comissão descobriu ainda que o perfil dos clientes é mais diversificado do que se imaginava. Foi uma surpresa para os parlamentares constatar que profissionais e agentes públicos, como políticos, juízes, policiais e líderes religiosos, infelizmente aumentam o rol de pessoas envolvidas nas redes que exploram crianças e adolescentes.

Convicta de que não basta identificar e desmontar as redes de exploração sexual em atividade no País, a CPMI ofereceu, em seu relatório final, um conjunto de propostas para aprimorar

as políticas públicas na área da infância, bem como para alterar a legislação vigente no sentido de melhor resguardar os direitos das vítimas, propiciando o enquadramento criminal dos culpados. Essa estratégia de proteção das crianças e de combate à impunidade compreendeu acréscimos e mudanças de vários dispositivos do Código Penal (CP), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Código de Processo Penal (CPP). Tais propostas já estão em tramitação no Congresso Nacional.

Entre as principais sugestões está a mudança, no Código Penal, do conceito de “crimes contra os costumes” para “crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual”. “O Código ainda trata essa questão a partir do aspecto moral. A nossa intenção é trazer uma visão mais moderna: a do direito a um desenvolvimento sexual saudável para todas as pessoas”, explica a Senadora Patrícia.

Outro ponto importante é o tratamento mais amplo para os crimes sexuais. Segundo o Código Penal, o estupro, por exemplo, é um delito cometido apenas contra as mulheres. A proposta defendida pela CPMI classifica o estupro e o atentado violento ao pudor como um único tipo penal, cometido contra as pessoas e não somente contra as mulheres. A idéia é que, assim, seja possível punir também, de forma mais severa, as agressões contra os meninos.

A comissão também propõe criar o crime de “Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável”. “Com isso, inclui-se no Código Penal a tipificação desse crime que, atualmente, só existe no ECA”, diz Patrícia Saboya. Segundo ela, a

nova redação deixa mais claro que a punição deve se estender a toda a rede que explora sexualmente crianças e adolescentes, inclusive ao cliente.

No conjunto de sugestões está, ainda, a inclusão do crime de tráfico interno de pessoas para fins sexuais no arcabouço legal do País.

O Deputado e padre Luiz Couto (PT/PB) celebra missa pelas crianças vítimas dos crimes sexuais



Isso porque a atual legislação só considera como delito o tráfico internacional. Também faz parte do rol de mudanças a instituição da ação penal pública para todos os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. Hoje, apenas é possível iniciar uma investigação quando existe uma queixa privada. O problema é que a grande maioria dos casos de violência sexual é cometida por alguém da própria família da criança, impedindo que o fato venha à tona. E a alteração no Código Penal abre espaço para que o Ministério Público apresente a denúncia independentemente de ter havido uma reclamação por parte da vítima ou de alguém de sua família.

Quanto às propostas de mudança no ECA, uma delas faz uma pequena alteração no artigo 241 do Estatuto, que trata dos crimes de pedofilia na internet. A outra altera o artigo 250, propondo a possibilidade do fechamento definitivo de estabelecimento que hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem a prévia autorização destes.

A CPMI também apresentou projeto de lei sugerindo que os estabelecimentos que prestam serviços de hospedagem, bares, restaurantes e similares devem exibir avisos, mensagens ou cartazes informando o caráter criminoso da submissão de crianças e adolescentes à exploração sexual. Os avisos devem ser feitos em português e em inglês. Já a mudança prevista no Código de Processo Penal prevê que, em caso de crime contra a liberdade sexual da criança ou do adolescente, o exame pericial será realizado em local separado com o objetivo de preservar

a imagem e a intimidade da vítima, garantindo também o acompanhamento de pais ou responsáveis. Segundo a proposta, caberá ao juiz solicitar ainda a realização de laudo psicossocial por equipe multidisciplinar para apurar outros elementos capazes de indicar se houve abuso sexual.

Os trabalhos da CPMI terminaram, mas a cruzada contra a exploração sexual continua no Parlamento. O Congresso Nacional aprovou, no final de 2004, a criação de uma comissão especial destinada a acompanhar os desdobramentos da CPMI. “Fizemos um consistente trabalho de investigação, mas agora precisamos lutar para que as nossas recomendações saiam do papel. Só assim, será possível acabar com a impunidade e melhorar as estratégias de prevenção e combate à exploração sexual”, acredita Patrícia Saboya.

A mobilização de 18 de maio

Além do trabalho à frente das investigações da CPMI, a Senadora Patrícia Saboya participou, mais uma vez, de forma bastante ativa, das atividades do Dia Nacional de Combate à Violência Sexual, o 18 de maio. Em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, Patrícia pediu ao Presidente Lula “empenho por um Brasil mais justo” e disse que a “exploração e o abuso sexual não é apenas crime, é sintoma de uma sociedade doentia e desigual”.

Na solenidade, a senadora ressaltou que estava ali não apenas como parlamentar e como presidente da CPMI do Congresso Nacional que investigava o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes. “Ousaria dizer que também sou, assim como tantos outros parlamentares, uma espécie de porta-voz das angústias, dos sonhos e da esperança de milhares de famílias brasileiras que perderam ou estão perdendo seus filhos para a violência sexual – uma das mais cruéis violações dos direitos de meninos e meninas”, afirmou. Na ocasião, Patrícia Saboya lembrou o bárbaro crime que tirou a vida da menina capixaba Araceli dos Santos, exatamente no dia 18 de maio de 1973, quando ela foi seqüestrada, estuprada e

**Ato Público no Senado Federal no dia 18 de maio,
data de mobilização contra a violência sexual**



assassinada num ritual de drogas e sexo realizado em Vitória. “Lamentavelmente, crimes como o que matou Araceli continuam acontecendo no Brasil”, assinalou a senadora.

Olhar especial para o Semi-Árido

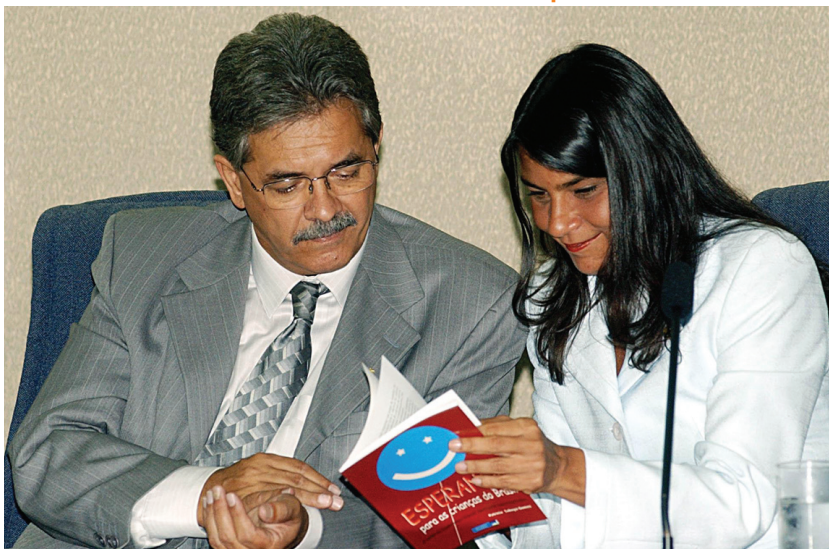
Entre as inúmeras atividades apoiadas pela Senadora Patrícia durante 2004 destaca-se o pacto firmado pelos 11 governadores do Semi-Árido prevendo a adoção de um conjunto de ações integradas e articuladas entre as três esferas do Poder Público para melhorar a qualidade de vida das crianças e dos adolescentes da região. A iniciativa, coordenada pelo Unicef, define metas sociais bastante concretas a serem cumpridas pelos municípios do Semi-Árido.

O estabelecimento dessas metas levou em conta os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, assumidos por vários países do mundo, inclusive pelo Brasil, durante reunião das Nações Unidas, em 2000. Entre os compromissos firmados pelos governadores estão, por exemplo, a redução em, no mínimo, um terço da mortalidade infantil, da mortalidade materna e da desnutrição de crianças de até cinco anos; a redução da taxa de gravidez na faixa etária de 10 a 14 anos, da taxa de trabalho infantil e do número de casos de maus-tratos, exploração e violência contra crianças e adolescentes; a universalização do acesso ao Ensino Fundamental e a diminuição em até 50% do número de

meninos e meninas entre quatro e seis anos fora da escola.

“Infelizmente, nascer no Semi-Árido significa, para a grande maioria das pessoas, carimbar um passaporte rumo à pobreza e à exclusão social. O estudo *Crianças e Adolescentes no Semi-Árido Brasileiro 2003*, realizado pelo Unicef, mostra de maneira clara e precisa que os meninos e meninas da região vivem uma incessante luta pela sobrevivência. São os mais desfavorecidos do País. Por isso, merecem uma atenção especial dos formuladores de políticas públicas”, ressalta Patrícia Saboya.

Patrícia Saboya se reúne com o Ministro Nilmário Miranda, Secretário Especial de Direitos Humanos



Prioridade municipal

Como coordenadora da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente, a Senadora Patrícia apoiou também as ações que envolveram a realização do Prêmio Prefeito Amigo da Criança – uma iniciativa da Fundação Abrinq. Em junho, durante cerimônia no Senado Federal, a Fundação premiou 126 municípios brasileiros que tiveram sucesso na implantação de programas voltados para a população infanto-juvenil. Criado em 1997, o Prêmio visa estimular as administrações municipais a colocar em prática políticas públicas capazes de mudar a realidade da infância e da adolescência no Brasil.

Das 126 cidades agraciadas na edição de 2004, onze estão no Ceará: Beberibe, Horizonte, Icapuí, Itapagé, Itapiúna, Maranguape, Morada Nova, Palhano, São Gonçalo do Amarante, Sobral e Tejuçuoca. “Essa premiação é motivo de orgulho para todos nós, cearenses, e mostra que os governantes do nosso Estado estão cada vez mais conscientes da importância de priorizar a criança e o adolescente”, avalia a senadora.

Monitoramento das políticas públicas

Outra atividade que mereceu total apoio da Frente Parlamentar foi a apresentação, em agosto, de relatório preparado por 26 organizações da sociedade civil sobre o desempenho do Estado brasileiro na área da infância e da adolescência. O documento é

resultado do acompanhamento que essas entidades vêm fazendo do Plano Presidente Amigo da Criança, lançado pelo Presidente Lula em dezembro de 2003 e que envolve 56 bilhões de reais a serem aplicados entre 2004 e 2007 em prol da população infanto-juvenil.

Intitulado *Um Brasil para as Crianças – A Sociedade Brasileira e os Objetivos do Milênio para a Infância e a Adolescência*, o relatório apresenta dados sobre a situação de crianças e adolescentes no Brasil, mostrando o quanto o nosso País é desigual. O caso da mortalidade

Senadora Patrícia e Deputada Maria do Rosário (PT – RS) participam de lançamento do relatório da sociedade civil sobre a situação da infância brasileira



infantil é um exemplo claro disso. Embora a média nacional esteja em torno de 27 óbitos em cada mil bebês nascidos vivos, no Rio Grande do Sul a mortalidade é de 15 por mil e em Alagoas chega a 56. Situação semelhante é constatada na Educação Infantil. No Brasil, apenas 36,5% das crianças entre zero e seis anos freqüentam as salas de aula. E o que é pior: esses dados escondem sérias distorções. O estudo mostra que uma criança rica tem probabilidade duas vezes maior de estar na pré-escola do que uma criança pobre.

“Apesar de trazer revelações inquietantes, o relatório não pode ser visto como mais uma ducha de água fria em quem tanto luta por um cotidiano digno para a infância e a adolescência. Ele deve ser encarado como uma forte peça de pressão social para mudar o rumo de alguns programas, aprimorar as estratégias que já se mostraram bem-sucedidas e reforçar a nossa batalha, aqui no Congresso, por mais recursos orçamentários para as ações em prol das crianças”, defende a Senadora Patrícia.

Parcerias com instituições internacionais

O trabalho de Patrícia Saboya na presidência da CPMI da Exploração Sexual e na coordenação da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente teve repercussão internacional. Ela foi convidada pelo Unicef para falar sobre essas experiências em três países da Europa: Espanha, Itália e França. Na viagem oficial, realizada em setembro, a senadora manteve audiências e reuniões de trabalho com representantes do Unicef e com

entidades e autoridades públicas envolvidas na causa da infância.

Em Madri, Patrícia Saboya reuniu-se com o Coordenador-Geral da ONG Save the Children na Espanha, Alberto Soteres. A Save the Children está presente em 29 países, onde executa mais de 100 programas. “Conversamos, entre outras coisas, sobre a possibilidade de fazermos uma publicação sobre violência sexual, destinada a todas aquelas pessoas que lidam com a realidade de crianças e adolescentes, tais como conselheiros tutelares, profissionais de saúde e de educação”, conta. A senadora também visitou o Comitê do Unicef na Espanha e teve audiência na defensoria da infância da comunidade de Madri.

Na Itália, Patrícia Saboya visitou o Centro de Estudos Innocenti do Unicef, localizado em Florença. O Innocenti é um dos mais conceituados centros de pesquisa do mundo na área da infância e adolescência. A senadora participou também de reuniões na Secretaria de Assuntos Sociais e na Vice-Presidência da Toscana, além de ter se encontrado com parlamentares daquela região italiana. Nesses encontros, as autoridades italianas fizeram uma exposição sobre os programas sociais voltados para a população infanto-juvenil. Patrícia, por sua vez, apresentou os resultados da CPMI da Exploração Sexual e falou sobre os trabalhos da Frente Parlamentar.

Em Paris, a senadora se reuniu com o Presidente do Comitê Francês do Unicef, Jacques Hintzy. “Tanto na Espanha quanto na Itália e na França, houve um grande interesse das autoridades, das ONG e do Unicef pela experiência da Frente Parlamentar. Isso porque a Frente é um raro exemplo de movimento suprapartidário, com forte atuação no Legislativo Federal e pauta voltada especificamente para a infância e a adolescência”, relata.

Em outubro, a senadora cumpriu outra importante missão internacional. A convite do Congresso italiano, ela participou como oradora, representando o Brasil, da 1ª Conferência Mundial de Mulheres Parlamentares pela Proteção da Infância, realizada em Roma. Patrícia fez uma exposição sobre o tema da

Deputada Ângela Guadagnin (PT – SP), Senadora Lúcia Vânia (PSDB – GO) e Patrícia Saboya com o Presidente da Câmara dos Deputados da Itália, Pier Ferdinando Casini



exploração sexual de crianças e adolescentes. O evento reuniu, durante dois dias, cerca de 200 parlamentares mulheres de mais de 100 países, que discutiram as principais questões relacionadas com o universo infanto-juvenil. A Conferência terminou com a assinatura de um documento criando uma rede internacional de mulheres parlamentares em defesa da infância e da adolescência. A idéia é que essa rede faça, a partir dos esforços de senadoras e deputadas de todo o mundo, um incansável monitoramento do cumprimento dos preceitos da Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas, assinada em 1989 e ratificada pelo Brasil em 1990.

Durante a Conferência, Patrícia Saboya foi indicada para compor o Comitê de Coordenação dessa recém-criada rede internacional de deputadas e senadoras em defesa dos direitos de meninos e meninas, ficando responsável pelas ações no continente americano. O comitê é formado por sete parlamentares e a Senadora Patrícia é a única representante brasileira.

Treinamento de assessores

Com o intuito de fortalecer a pauta da infância no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar, a ONG Save the Children Suécia e a ANCED (Associação Nacional dos Centros de Defesa de Crianças e Adolescentes) realizaram, no final de novembro, uma oficina de trabalho sobre os direitos desse segmento da população.

O objetivo do curso, que reuniu 45 pessoas, era capacitar os assessores parlamentares da Câmara e do Senado para trabalhar com os temas que dizem respeito à criança e ao adolescente. “É fundamental termos, nos quadros do Parlamento, pessoas comprometidas e capacitadas para lidar de forma ágil com as demandas relativas aos direitos da população infanto-juvenil”, destacou Patrícia Saboya.

Nos dois dias de trabalho, os participantes tiveram oportunidade de aprofundar o conhecimento a respeito dos preceitos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de outros temas ligados aos direitos humanos.

Ainda dentro da programação da oficina, no dia 1º de dezembro, a Frente Parlamentar, a Save the Children e a ANCED promoveram, no Senado, uma reunião para ouvir dois integrantes do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas: o argentino Norberto Liwski e a paraguaia Rosa Maria Ortiz. Eles falaram sobre as recomendações dadas pela ONU depois que o Governo brasileiro apresentou o primeiro relatório do País sobre a situação da infância, em setembro último.

Segundo os especialistas, embora o Brasil tenha obtido progressos significativos na luta pela melhoria das condições sociais de crianças e adolescentes, ainda há muito que avançar em campos como o da Educação e da Justiça, além de problemas como a violência contra meninos e meninas, a falta de recursos

financeiros e a carência de informações sobre a situação da infância e da adolescência.

O Estado brasileiro deveria ter feito um relatório sobre a implementação dos direitos infanto-juvenis em 1992 e, em seguida, a cada cinco anos. Mas o Brasil deixou de cumprir essa obrigação por mais de uma década. Em novembro de 2003, o Governo Lula encaminhou ao Comitê o primeiro informe, que traça um panorama da situação da infância no Brasil entre 1991 e 2002. Organizações da sociedade civil também produziram seus relatórios. Em junho deste ano, a ANCED e o Fórum DCA Nacional apresentaram ao Comitê da Infância uma análise sobre a aplicação da Convenção.

Entre as recomendações dadas pelo Comitê da ONU e apresentadas no Senado pelos especialistas, está a de que o Brasil “considere matéria de prioridade máxima todas as medidas necessárias para impedir o assassinato de crianças, investigar plenamente cada caso dessas sérias violações dos direitos da criança, trazer os perpetradores para a Justiça e prover a família das vítimas com apoio e compensação adequados”. De acordo com dados da Unesco, o Brasil ocupa o 4º lugar em homicídios entre 67 pesquisados pela instituição. A taxa de assassinatos na faixa etária entre zero e 17 anos subiu de 3,9 por 100 mil habitantes em 1990 para 7,1 em 2002. E, na população de 15 a 17, esse índice variou de 11,9 a 36,2. Quando se analisa a questão a partir da raça, os dados são ainda mais graves. Em média, a taxa de homicídios de negros é 65% superior à de brancos.

O Comitê observa também que “dramáticas desigualdades baseadas em raça, classe social, gênero e localidade geográfica” dificultam o progresso para a realização plena dos direitos consagrados na Convenção. Recomenda que o Brasil aumente a alocação orçamentária para assegurar a implementação dos direitos das crianças; inclua no próximo relatório informações sobre o número de casos de tortura ou tratamento desumano ou degradante de crianças e o número de autores desses atos sentenciados pelos tribunais; fortaleça o monitoramento do sistema de adoção de crianças; investigue os casos de exploração sexual e implemente as regras sobre a Justiça Juvenil, incluindo as medidas socioeducativas em todo o País, entre outras sugestões.

Para a Senadora Patrícia Saboya, “a disseminação dessas observações feitas pelo Comitê é de fundamental importância para fortalecer a luta diária em defesa dos direitos de crianças e adolescentes”. Ela ressaltou que as recomendações “ajudam o Parlamento e a sociedade civil a aprimorar as políticas públicas, potencializando a batalha por mais recursos no Orçamento e melhorando os mecanismos de fiscalização e controle das diversas estratégias – governamentais e não-governamentais – em prol da infância e da adolescência no Brasil”.

Mais recursos no Orçamento

Como coordenadora da Frente Parlamentar, a senadora apresentou, junto à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), emenda

no valor de 52 milhões e 650 mil reais para ampliar a atuação do Programa Sentinela, que presta assistência psicossocial às vítimas de exploração sexual e conta atualmente com um Orçamento de cerca de 27 milhões de reais.

Com esse aporte de recursos, o Sentinela terá condições de estar presente em mais 450 municípios, além dos 315 já atendidos. Se a emenda apresentada pela Senadora Patrícia for aprovada pelo Congresso Nacional, assim como aconteceu no âmbito da CAS, o programa passará a atender um universo de 60 mil crianças e adolescentes. Hoje, o Sentinela dá assistência a 24 mil meninos e meninas.

“O que propomos, na verdade, é ainda muito pouco tendo em vista a gravidade do problema. Um recente mapeamento feito pelo Governo Federal mostra que existem redes de exploração sexual de crianças e adolescentes em cerca de 1.000 municípios brasileiros”, explicou Patrícia Saboya durante a reunião da CAS. “Sabemos, entretanto, das limitações orçamentárias. Por isso, neste momento, não temos condições de trabalhar com metas mais ousadas. Tenho certeza, porém, de que se o Congresso Nacional aprovar esse acréscimo de recursos, vamos dar mais um importante passo na luta contra um fenômeno que tem roubado, dia após dia, a alegria, a esperança e a inocência de nossas crianças”, completou.



Bancada feminina no Senado: da esquerda para a direita, Senadoras Lúcia Vânia (PSDB – GO), Patrícia Saboya (PPS – CE), Ideli Salvatti (PT – SC), Ana Júlia Carepa (PT – PA) e Roseana Sarney (PFL – MA)

Atuação *Legislativa*

Os projetos apresentados, as matérias relatadas e a participação da Senadora Patrícia nas principais discussões do Congresso Nacional

O ano de 2004 foi marcado por um intenso trabalho legislativo no Senado Federal em que os parlamentares aprovaram matérias de extrema relevância para o destino do País, como as reformas tributária e do Judiciário, a Lei da Biossegurança e a Lei de Falências. Além desses projetos, é importante ressaltar o avanço no debate em torno da regulamentação das Parcerias Público-Privadas (PPP). Esse novo instrumento visa facilitar consórcios entre o Estado e empresas particulares para a construção de obras ou prestação de serviços de interesse público, especialmente em setores de infra-estrutura. A intenção é aproveitar as características dinâmicas da iniciativa privada para melhorar os níveis de eficiência na gestão dos novos empreendimentos, bem como captar recursos para ações que o Governo, hoje em dia, não está em condições de financiar apenas com seus próprios meios.

Na avaliação da Senadora Patrícia, esse conjunto de normas ajudará na modernização do Estado e na consolidação de regras capazes de promover a retomada sustentável do crescimento

econômico e, conseqüentemente, a melhora nos indicadores de emprego e renda para a população brasileira.

Na qualidade de Vice-líder do Governo no Senado, Patrícia Saboya atuou fortemente para garantir a aprovação desses projetos, pois acredita que o País deve seguir um modelo de desenvolvimento equilibrado, capaz de assegurar a todos os brasileiros melhores condições de vida.

Convicta de que o Brasil também precisa adotar estratégias para aquecer e dinamizar o mercado de trabalho, a senadora resolveu integrar, em novembro de 2004, a Frente Parlamentar do Pleno

Senadores Tasso Jeressati (PSDB – CE), José Jorge (PFL – PE), Fátima Cleide (PT – RO) e Patrícia Saboya debatem na CAE



Emprego, figurando como co-promotora do seu Primeiro Fórum, realizado no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal. Na opinião da senadora, o Legislativo deve ter uma atuação mais ativa em relação às políticas de crescimento do emprego. Para ela, a geração de oportunidades de trabalho, adequadamente remuneradas, é uma das maiores prioridades da agenda de desenvolvimento social do País.

As atividades nas comissões

Além de ter priorizado o trabalho na CPMI da Exploração Sexual, a senadora dedicou, em 2004, atenção especial às comissões que participa como titular: a de Assuntos Econômicos e a de Assuntos Sociais, ambas de enorme importância no processo legislativo do Senado Federal, na medida em que lá são realizados os principais debates acerca da situação econômica e social do Brasil.

Paralelamente, Patrícia Saboya atuou em assuntos ligados a outros órgãos coletivos do Congresso Nacional. Foram os casos, entre outros, da CREPA (Subcomissão Permanente da Amazônia); da CPCM (Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul); da CMO (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização); da CRE (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional); da CE (Comissão de Educação) e da CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

Outra ação importante foi a participação do gabinete da senadora, em cooperação com a Consultoria Legislativa do Senado

Federal, nas discussões sobre a viabilidade de um projeto que propõe mecanismos inovadores para prevenção da corrupção em licitações públicas. A idéia é estabelecer um Sistema de Gestão de Contratos do Estado, otimizando o uso de processamento de dados, com o aproveitamento do sistema já disponível no Executivo federal.

Como integrante da Comissão de Educação, Patrícia Saboya fez-se presente, por meio de sua assessoria, à reunião de lançamento das conclusões do trabalho financiado pela Unesco sobre investimento em Educação, Ciência e Tecnologia, ocorrida em novembro de 2004.

Na CAS, Senadora Patrícia coordena audiência sobre saúde pública, ao lado dos colegas Luiz Otávio (PMDB – PA), Eduardo Azeredo (PSDB – MG) e da pediatra Raquel Niskier



Um dos trabalhos trata do importante tema das desigualdades regionais no que se refere à educação. A senadora tem procurado enfatizar o papel crucial do ensino como fator de progresso regional, sobretudo nos dias atuais, em que o conhecimento ocupa lugar central no processo produtivo. A referida reunião foi transmitida por videoconferência para algumas Assembléias Legislativas, entre as quais a do Ceará.

Projetos apresentados

Durante 2004, a Senadora Patrícia apresentou vários projetos de lei. Entre os mais importantes está, por exemplo, o que altera o Programa do Seguro-Desemprego. De acordo com a proposta, o portador de deficiência física terá um prazo maior no recebimento desse benefício. Passaria a ser de seis meses – e não de quatro como é para o restante da classe trabalhadora.

Em sua justificativa, Patrícia Saboya lembrou que o difícil mercado de trabalho é ainda mais complicado para o trabalhador com alguma deficiência física. Segundo ela, a proposição não causará impacto negativo no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), fonte de custeio do Programa do Seguro-Desemprego.

A senadora propôs também projeto de lei alterando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com o objetivo de conferir maior rigor aos processos de adoção internacional. A proposta aumenta o prazo de convívio entre o postulante à

adoção e o adotado. Além disso, tira o caráter facultativo da avaliação desse procedimento por parte da Comissão de Adoção do Judiciário Estadual.

Patrícia Saboya apresentou ainda projeto propondo incluir, nos currículos do Ensino Fundamental, conteúdo obrigatório sobre os direitos de crianças e adolescentes. A matéria prevê também a inclusão da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Programa Nacional do Livro Didático, para distribuição gratuita aos alunos das escolas públicas.

Outra proposição de autoria da senadora estabelece a competência das Varas de Família para os procedimentos relativos à verificação de paternidade quando do registro cartorário da criança. O objetivo do projeto é definir qual instância deve apurar o fato, haja

Na CAE, Patrícia Saboya preside sessão com a presença do Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan



vista que a omissão da legislação vigente sobre o assunto tem dado margem a interpretações diversas. Em alguns Estados, as demandas de investigação de paternidade acabam sendo remetidas para as Varas de Registros Públicos.

A senadora apresentou também projeto de lei criando o Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude, a ser comemorado em 20 de março. Nessa data, a ASSITEJ (Associação Internacional de Teatro para Infância) tem buscado evidenciar, em todo o mundo, o direito que as crianças e os adolescentes têm de enriquecer suas vidas por meio das manifestações artísticas e culturais.

Matérias relatadas

Até o final de novembro, a Senadora Patrícia havia sido designada para relatar 64 proposições legislativas. Dentre elas, cabe salientar os pareceres pela aprovação de projetos de decreto legislativo autorizando concessão e permissão para serviços de radiodifusão (rádios comunitárias, AM ou FM) nos Municípios cearenses de Caririaçu, Cedro, Bela Cruz, Mucambo, Tarrafas, Santa Quitéria, Mombaça, Miraima e Quixeramobim.

Outra matéria relatada por Patrícia Saboya foi o projeto de lei, de autoria do Presidente da República, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos – proposição que recebeu parecer favorável da senadora.

A parlamentar também concedeu parecer pela aprovação do projeto de lei que impõe restrições ao crédito financeiro e benefício fiscal às empresas que desobedecerem a Constituição Federal no tocante à proibição de contratação de menores de dezoito anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou de menores de dezesseis em quaisquer circunstâncias, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Outro parecer favorável da senadora foi em relação ao projeto que institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa – PACE, que estimula a iniciativa privada a oferecer cursos de alfabetização para seus funcionários.

Atenção ao **Ceará**

O trabalho desenvolvido para garantir o bem-estar do povo cearense e combater as disparidades regionais

Continuando firme na trilha pela redução das desigualdades sociais que, no Ceará, infelizmente, ainda são gritantes, a Senadora Patrícia Saboya diversificou alguns trabalhos desenvolvidos por seu escritório no Estado ao longo do último ano.

Equipe do escritório no Ceará promove palestras para a comunidade da cidade de Fortaleza



O contato com as comunidades e o apoio aos seus moradores foram bastante intensos. Durante todo o ano de 2004 a equipe de assessores atendeu diversas pessoas encaminhando os mais variados pleitos aos órgãos competentes; orientando instituições na adequação e na regularização de seus documentos; acompanhando a tramitação de processos junto ao Poder Público; dando consultoria jurídica para a solução de pequenos litígios; dentre outras colaborações.

Audiência da CPMI da Exploração Sexual em Fortaleza contou com a participação da nova Prefeita da cidade, Luizianne Lins, então deputada estadual



Apoio à comunidade

Tais ações deram um verdadeiro suporte às instituições comunitárias, tornando concreto, em alguns casos – por esforço de seus membros, pessoas abnegadas que trabalham incansavelmente na busca por mais qualidade de vida para a comunidade – o propósito de fornecerem uma melhor assistência à população. Duas associações que atuam na complementação escolar por meio da arte-educação conseguiram, inclusive, a doação de equipamentos para viabilizarem um trabalho sonhado há anos.

Além dessas atividades, o escritório do Ceará firmou parcerias importantes em torno do incentivo à leitura e da universalização do saber. Em 2004, a Biblioteca da Câmara Municipal de Fortaleza recebeu inúmeras publicações editadas pelo Senado Federal, aumentando o seu acervo com biografias, leis, relatórios de desenvolvimento e estatísticos, e obras de ficção. Outras publicações foram destinadas à Sociedade Amiga do Livro, instituição sem fins lucrativos, que monta minibibliotecas nas comunidades de Fortaleza.

Para não descuidar da atenção à infância e à juventude, uma das prioridades de seu mandato, Patrícia Saboya continuou o trabalho iniciado em 2003, fazendo-se representar por sua assessoria em várias reuniões e solenidades ligadas ao tema, como as reuniões do Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; a Sessão Solene realizada na Assembléia Legislativa pela Frente Parlamentar da Infância em comemoração ao dia 18 de Maio; a II Conferência Estadual de Direitos Humanos,

promovida pelo Fórum Cearense de Direitos Humanos; a videoconferência na Assembléia Legislativa com o Relator Especial da ONU sobre venda, pornografia e prostituição de crianças e adolescentes, Juan Miguel Petit; as reuniões promovidas pelo Núcleo de Enfrentamento da Violência Sexual do Governo do Estado; a Solenidade de Lançamento do Plano Estadual de Combate à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; a Reunião do Fórum de Educação Infantil do Ceará; e o Seminário Internacional de Combate à Exploração Sexual e Tráfico Humano. Em abril e maio, o escritório do Ceará participou intensamente das diligências e

Senadora Patrícia participa, em Sobral, do lançamento do Programa Brasil Sorridente, com a presença do Presidente Lula e do Ministro da Saúde, Humberto Costa



da organização da audiência pública da CPMI da Exploração Sexual realizada no Estado.

Mas o objetivo da senadora, para que a vida de crianças, jovens, mulheres e homens cearenses seja menos desigual e sofrida, só tem sentido se todos os destinatários dos seus projetos, das suas idéias e do seu esforço forem também atores e companheiros nessa batalha. Com essa intenção, o escritório do Ceará realizou, durante o ano de 2004, uma série de reuniões nos bairros de Fortaleza. Nos referidos encontros, que contaram com o apoio de técnicos de instituições parceiras, foram proferidas palestras sobre temas diversos, demonstrando o interesse das pessoas no aprendizado e na participação política (leia o item *Aliança com a população* na página 48).

Atendimento aos municípios cearenses

Além do trabalho desenvolvido pelo escritório, no seu dia-a-dia no Congresso Nacional, a senadora tem se dedicado com afinco ao atendimento das principais necessidades do Estado, atuando sempre em parceria com a bancada cearense. Em 2004, várias reivindicações dos municípios do Ceará foram viabilizadas graças à articulação do gabinete de Patrícia Saboya junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, agências reguladoras, Ministério Público, entidades de classes, sindicatos e organizações não-governamentais.

Uma das mais importantes foi o atendimento dos municípios em situação de calamidade pública devido às enchentes que ocorreram no início do ano. A Senadora Patrícia conseguiu a liberação de verba com o Ministério da Integração Nacional para dar assistência a essas cidades.

Ela também viabilizou, junto ao Governo Federal, o repasse de recursos para o restaurante popular de Sobral. Além disso, conseguiu com a Petrobras a captação de recursos para restauração do Teatro São João de Sobral, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, a chamada Lei Rouanet.

Emendas ao Orçamento da União

Outra ação fundamental do mandato de Patrícia Saboya é a luta pela garantia de mais investimentos no Ceará. Na discussão do Orçamento de 2004, a senadora sugeriu emendas no valor global de 2,5 milhões de reais para beneficiar vários municípios do Estado, em áreas como desenvolvimento local, infra-estrutura, saneamento básico, moradia, construção de açudes, esporte e lazer. Ela apresentou ainda emenda, por meio da bancada federal do Ceará, assegurando quatro milhões de reais para instituições de assistência a crianças e adolescentes. O dinheiro deverá ser liberado em 2005 e vai beneficiar 33 creches, 10 ABC e 10 Centros de Atendimento Público à Criança e ao Adolescente no Estado.

Para o Orçamento de 2005, a senadora elaborou emendas individuais, no valor total de 3,5 milhões de reais, contemplando vários municípios cearenses com estratégias em setores como saúde, infraestrutura turística, urbana e hídrica, saneamento básico e abastecimento de água, recuperação de barragens e esporte. Entre essas emendas, está a que destina 300 mil reais para implantação e modernização de centros de combate à violência sexual em Fortaleza.

Já na emenda sugerida por intermédio da bancada federal do Ceará, Patrícia Saboya destinou 40 milhões de reais para o projeto de apoio à implantação de miniusinas de produção de biodiesel no Estado. Na avaliação da senadora, o uso desse novo

Patrícia Saboya tem procurado defender os interesses do Ceará junto às autoridades federais, como o Ministro Aldo Rebelo, da Articulação Política



tipo de combustível, elaborado a partir de oleaginosas como a mamona, o dendê e a soja, é de fundamental relevância porque ajuda a diminuir a nossa dependência dos derivados de petróleo, a reduzir a emissão de poluentes, além, é claro, de movimentar a economia cearense, gerando mais oportunidades de trabalho e renda, sobretudo para a área da agricultura familiar.

Desenvolvimento local

Ciente da importância do Metrofor para a população da Região Metropolitana de Fortaleza, a Senadora Patrícia tem feito gestões junto ao Governo Federal a fim de viabilizá-lo. As dificuldades

Lançamento do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar: Senadora Patrícia apoiou a iniciativa



fiscais do País contribuíram para o desequilíbrio entre os aportes do Japão ao projeto, por meio do Japan Bank for International Cooperation /JBIC, e as contrapartidas locais. O esforço visa ajudar a corrigir tais distorções, assegurando a continuidade da iniciativa.

Outra preocupação da senadora diz respeito ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Nesse sentido, e por solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Sobral e do Fórum Empreendedor da cidade, Patrícia examinou os resultados da 13ª Reunião dessa iniciativa, realizada em outubro, com o apoio da Universidade Estadual do Vale do Acaraú. Avaliando as propostas, a senadora considerou relevantes as sugestões para fomentar a inclusão de novos empreendimentos e fortalecer as micro ou pequenas empresas já formalizadas.

A senadora analisou também o recente trabalho do Labomar (Instituto de Ciências do Mar) da Universidade Federal do Ceará sobre a criação de camarões. Ela tem clara a importância do comércio exterior desse produto para os municípios da faixa litorânea. Em particular, mereceu sua atenção a preocupação do Labomar em esclarecer o impacto ambiental dessa atividade, especialmente no que se refere à preservação dos manguezais.

Combate às desigualdades regionais

Em 2004, a Senadora Patrícia intensificou sua atenção em torno do enfrentamento das nossas disparidades regionais. Como

parlamentar nordestina, Patrícia Saboya entende que é urgente a tarefa de revitalizar a economia da região; expandir e modernizar sua infra-estrutura e melhorar os indicadores sociais. Elemento fundamental para isso, na sua visão, é recuperar a capacidade financeira dos estados e municípios. “Também é imprescindível que as diferentes políticas públicas estejam orientadas para uma redução efetiva das desigualdades regionais”, acredita.

Uma das mais relevantes discussões sobre o tema do desenvolvimento regional em 2004 foi o debate em torno da necessidade de viabilizar a integração do rio São Francisco. Na opinião de Patrícia Saboya, o envio ao Congresso Nacional da Proposta Orçamentária para 2005 mostra a prioridade do Governo Federal para a solução de uma das maiores questões do Semi-Árido nordestino: o reforço hídrico das bacias dos rios intermitentes de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Ela ressaltou que essa iniciativa poderá beneficiar uma área na qual vivem cerca de nove milhões de pessoas. E reiterou que a destinação de 1,07 bilhão de reais para o projeto no Orçamento de 2005 fortalece a esperança de que, finalmente, a tão sonhada integração das bacias hídricas se tornará realidade.

Outro importante projeto para o desenvolvimento do Nordeste – a institucionalização da Sudene, extinta pelo Governo Fernando Henrique – já está em tramitação no Congresso Nacional. O projeto, aprovado pela Câmara de Deputados, prevê recriá-la com sua designação original, dada por seu criador, o ilustre economista Celso Furtado, recém-falecido: Superintendência de

Desenvolvimento do Nordeste. Segundo o texto legal proposto, a nova Sudene será uma autarquia especial vinculada ao Ministério da Integração Nacional e gozará de autonomia administrativa e financeira. Esse novo órgão sucederá a Adene, Agência do Desenvolvimento do Nordeste, que será extinta no ato de promulgação da nova lei.

Competirá à nova autarquia, segundo o projeto, articular regionalmente a ação de órgãos públicos; ser agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; formular planos e propor diretrizes de desenvolvimento; apoiar, complementarmente, os investimentos públicos e privados em sua área de atuação; estimular investimentos da iniciativa privada mediante incentivos e coordenar programas de assistência técnica, além de outras funções de promoção do desenvolvimento regional. A Senadora Patrícia está atenta para que o curso desse projeto se faça em plena sintonia com o interesse geral do Nordeste.

Patrícia Saboya vem acompanhando também as últimas propostas para implantação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, formuladas pelo Ministério da Integração Nacional. Esse projeto está voltado para a redução das desigualdades regionais, buscando estimular o melhor uso das potencialidades de desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas do País. O Plano Plurianual PPA 2004-2007 contempla a redução dessas disparidades regionais como uma de suas principais prioridades. A senadora vem dedicando olhar especial ao acompanhamento

das eventuais conseqüências dessa nova política para todo o Nordeste e, em particular, para o Estado do Ceará.

A senadora está igualmente atenta a toda a legislação correlata que se refere à mobilização de recursos para estímulo ao desenvolvimento do Nordeste. Nesse sentido, tem acompanhado as gestões dos governadores e de outras autoridades nordestinas para que haja compensação de perdas que a região sofreu pela redução de sua receita com o Fundo de Participação dos Estados /FPE.

Aliança com a população

Um balanço das atividades empreendidas pelo escritório em prol da comunidade de Fortaleza.

Bairros visitados: **26**

Área Metropolitana: **1** (Fortaleza)

Número de participantes: **2.870**

Entidades não-governamentais: **14**

ABC's: **3**

Escolas Públicas Municipais: **2**

Escolas Públicas Estaduais: **7**

Parcerias construídas:

- CDI – Centro de Desenvolvimento da Infância
- Centro de Articulação e Apoio às Creches
- Colégio João Piamarta

- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Idoso
- Núcleo de Atendimento ao Cidadão e ao Idoso – CEDI
- Consultora Madalena Matos
- Lar Torres de Melo
- Pastoral do Idoso – Paróquia de Pacajus
- Secretaria de Saúde do Estado do Ceará
- SEMACE - Superintendência Estadual Meio de Ambiente

Temas das palestras dadas à comunidade:

- Orientações gerais ao idoso / Estatuto do Idoso
- A mulher
- Alimento: higiene, manuseio, conservação e nutrição
- Meio ambiente
- Coleta seletiva do lixo
- Gravidez na adolescência
- Drogas

Palestrantes:

- Adriana Lacerda de Farias
- Ângela Maria Santiago Bessa
- Creuza Rosa de Lima
- João Hércules de Souza
- Jocasta Oliveira do Nascimento
- Maria Emília Vasconcelos Oliveira
- Maria Evaneida Peixoto
- Madalena Matos
- Maria Gomes de Queiroz
- Mary Alice Pessoa da Silva
- Patrícia Florêncio Silva

- Tayzza Kelly de Paula
- Tereza Cavalcante
- Valeska Barros

ABC:

- Conjunto José Walter
- Conjunto São Francisco
- Bom Jardim

Escolas Públicas Municipais:

- Creche Encontro com o Saber
- Creche Padre Josino

Entidades não-governamentais:

- Associação Beneficente Comunitária Alexandre Coelho Cruz
- Associação Comunitária Parque Santana
- Associação Comunitária Porta da Esperança
- Associação Comunitária Vilamar
- Associação Cristã Feminina de Pacajus
- Associação de Moradores do Campus do Pici
- Associação dos Idosos do Mucuripe
- Associação dos Moradores de Autran Nunes
- Centro Comunitário Conjunto São Francisco
- Creche Santa Joana D’Arc
- Grupo BCAD – Bailarinos de Cristo Amor e Doação
- Grupo de Convivência Chá das 5
- Igreja Evangélica Fonte de Vida
- Núcleo de Articulação Vó Stefânia
- Paróquia de Pacajus

Escolas Públicas Estaduais:

- Colégio Jenny Gomes
- Colégio Joaquim Nogueira
- E. E. F. M. – Elvira Pinho
- E. E. F. M. – Joaquim Albano
- E. E. F. M. – Prof. Edmilson Guimarães Almeida
- E. E. F. M. – Yolanda Queiroz
- Escola Professora Maria da Conceição Porfírio Teles

Reuniões e palestras – bairros contemplados:

- Aerolândia
- Aeroporto
- Antônio Bezerra
- Autran Nunes
- Bom Jardim
- Buriti - Pacajus
- Campus do Pici
- Conjunto Ceará - 4º Etapa
- Conjunto José Walter
- Conjunto Nova Esperança
- Conjunto Palmeiras
- Dionísio Torres
- João XXIII
- Lagamar
- Mucuripe
- Padre Andrade
- Pan Americano
- Parque Santa Maria
- Parque Santana
- Parque Santana I
- Parque São Vicente
- Praia de Iracema
- São Gerardo
- Serviluz
- Vicente Pinzon



Direto da *Tribuna*

A opinião da Senadora Patrícia sobre temas relevantes,
expressa em pronunciamentos no plenário e
em eventos dos quais participou ao longo de 2004

“**D**urante a década de 90, a grande expansão de matrículas no Ensino Fundamental mudou a cara da educação brasileira. Essa conquista, porém, não foi capaz de resolver o gigantesco problema da falta de qualidade do ensino público. Felizmente, já existem iniciativas que tentam reverter esse quadro. Uma delas é o Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, que reúne parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado, representantes da UNDINE (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), do Unicef, das universidades, dos professores, da Secretaria e do Conselho Estadual de Educação, do Ministério Público, além de especialistas renomados da área. Acredito que o Comitê vai viabilizar a implantação de ações para atacar, pela raiz, a baixa qualidade do ensino público. Precisamos sepultar a visão equivocada que ainda existe no Brasil sobre o que seja ensinar uma criança a ler e a escrever. Esse olhar míope tem se refletido nos programas de ensino, na falta de material didático adequado, na formação dos professores e nas metodologias aplicadas em sala de aula. Ora, se as nossas crianças não aprendem

a ler e a escrever direito e na idade certa, como vão conseguir, depois, caminhar pelo universo da Matemática, da Ciência ou da Geografia?”

Discurso feito no dia 24 de março de 2004, no plenário do Senado, ressaltando a importância da criação do Comitê Cearense contra o Analfabetismo Infantil.

“É preciso pensar em alternativas criativas para atender meninos e meninas que estão nos chamados setores “ilícitos”, como o narcotráfico, o narcoplantio e a exploração sexual. Como livrá-los de atividades que são, na maioria das vezes, lucrativas? Certamente, não basta incluí-los em programas de transferência de renda. Temos que romper com a lógica perversa de fazer política pobre para os pobres. Essas crianças merecem frequentar escolas de qualidade, ter acesso à internet, a cursos de línguas, à prática de esportes, à diversão, à arte, à cultura. Por que não oferecer a elas chances concretas de fazer cursos de moda, teatro, dança, artes gráficas e computação, por exemplo? É necessário pensar em políticas de prevenção ao problema, ou seja, iniciativas capazes de evitar que milhares de crianças e adolescentes tenham que pegar pesado no batente para garantir o sustento familiar. É nesse sentido que se faz urgente também a adoção de ações direcionadas para toda a família, com programas de geração de emprego e renda.”

Pronunciamento sobre trabalho infantil, feito em seminário internacional promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho no dia 29 de março de 2004.

“Não é necessário fazer muito esforço para compreender o que essas crianças desejam. Na verdade, é muito pouco: um parquinho para brincar, um campo para jogar bola, uma escola que lhes dê a chance de competir na hora do primeiro emprego, a roupa da moda que vêm as televisões anunciarem, o direito de freqüentar um *shopping center*, de ir ao cinema, de comer uma *pizza*. Isso é muito pouco diante da dívida que todos – a sociedade, o Congresso Nacional, o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais – temos com essas crianças. Não basta dinheiro! Lutamos por uma mudança cultural; queremos que as pessoas não permitam mais a impunidade. Subo hoje a esta tribuna porque quero respostas. Devemos isso a milhares de famílias e crianças que romperam com o medo e vieram até nós denunciar os maus-tratos e a violência que sofriam. Falo em nome das famílias que enfrentaram a vergonha e o preconceito que circundam os crimes sexuais cometidos contra as crianças e os adolescentes. Falo daqueles que quebraram o silêncio, daqueles que colocaram para fora do tapete a poeira que ali estava escondida.”

***Pronunciamento feito no dia 12 de maio de 2004,
cobrando do Governo Federal e do Congresso ações
para combater a exploração sexual.***

“Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, entre os dias 31 de agosto e 15 de setembro, realizei viagem oficial à Europa, onde visitei a Espanha, a Itália e a França, a convite do Unicef. Tive a honrosa oportunidade de falar sobre a experiência

da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente para a equipe do Unicef nesses três países, para representantes de ONG internacionais e autoridades públicas. Nas audiências, chamei a atenção para a necessidade de ampliarmos iniciativas que estão dando certo no nosso País. Uma delas é o Selo Município Aprovado, concebido pelo Unicef no Ceará. O projeto foi criado em 1999 com o objetivo de estimular e capacitar os gestores públicos a implementar ações em prol das crianças. Os números mostram que estamos obtendo resultados animadores. Segundo dados do Unicef, em 1997 o Ceará tinha apenas 63% das crianças com menos de um ano com as vacinas em dia. Em 2002, esse percentual subiu para 95%. A taxa de mortalidade infantil passou de 38 óbitos em cada mil crianças nascidas vivas, em 1997, para 23 por mil – inferior à média nacional, que é de 30 por mil. É por esse motivo que defendo que idéias simples e mobilizadoras, como o Selo Município Aprovado, possam ser disseminadas de norte a sul do Brasil”.

Discurso proferido no dia 6 de outubro de 2004 relatando os resultados de viagem oficial à Espanha, Itália e França.

“Senhoras Parlamentares, nós, mulheres, desempenhamos um papel fundamental na cruzada contra a pobreza e a desigualdade social. Porque nós conseguimos aliar, com maestria, qualidades como determinação, coragem e competência, com sensibilidade e paixão diante do imenso desafio que é construir um mundo mais justo e seguro para

nossas crianças. Um mundo em que elas possam brincar livremente, morar em casas dignas, ter acesso a boas escolas, hospitais de qualidade e serviços de cultura, lazer e esportes. Enfim, um mundo em que todas as crianças, independentemente do país de origem, da religião, da raça ou da classe social, possam ter o mais básico de todos os direitos: o direito de ser feliz.”

Pronunciamento feito durante a Conferência Mundial de Mulheres Parlamentares, em Roma, no dia 17 de outubro de 2004.

TST promove seminário internacional para discutir questões como o trabalho infantil



Agenda de **Trabalho**

Os principais compromissos da senadora
no segundo ano de seu mandato

Seminários, palestras, audiências e eventos internacionais

29–3 – Seminário Internacional sobre Direitos Humanos, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). A senadora falou sobre o problema do trabalho infantil. Local: Sede do TST, em Brasília.

11–5 – Audiência com a Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Local: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília.

17–5 – Lançamento do CD Acervo Operacional pelos Direitos da Criança e Adolescente, elaborado pelo Unicef e pela Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP). Local: Senado Federal, Brasília.

18–5 – Participação de Ato Público pelo Enfrentamento da Impunidade – atividade do Dia Nacional de Combate ao Abuso

e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Local: Rampa do Congresso Nacional, Brasília.

18-5 – Cerimônia Alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com a presença do Presidente Lula. Local: Palácio do Planalto, Brasília.

21-5 – Sessão especial da Assembléia Legislativa do Ceará para lembrar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A senadora foi palestrante no Grande Expediente. Local: Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Fortaleza.

25-5 – Audiência com o Embaixador da Espanha, José Coderck. Local: Gabinete da senadora, Brasília.

31-5 – Visita ao Hospital Sarah Kubitschek – Unidade Fortaleza, com a presença da Dr^a. Lúcia Willadino Braga, Diretora Executiva da Rede Sarah. Local: Hospital Sarah Kubitschek, Fortaleza.

17-6 – Cúpula dos Governadores do Semi-Árido, coordenada pelo Unicef. Na ocasião, os governadores firmaram um pacto para melhorar a qualidade de vida das crianças da região. Local: Sede da Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, Brasília.

21-6 – Audiência com o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Local: Ministério da Fazenda, Brasília.

30-6 – Cerimônia de entrega do Prêmio Prefeito Amigo da Criança, pela Fundação Abrinq. Evento foi organizado com a parceria da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente. Local: Auditório Petrônio Portela, Senado Federal, Brasília.

7-7 – Reunião da CPMI da Exploração Sexual para apresentação, discussão e votação do relatório final. Local: Senado Federal, Brasília.

11-8 – Solenidade de Condecoração “Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho”. A senadora foi uma das personalidades homenageadas. Local: Tribunal Superior do Trabalho, Brasília.

Da esquerda para a direita, Senadores Ana Júlia Carepa (PT – PA), Serys Slhessarenko (PT – MT), Patrícia Saboya, Romero Jucá (PMDB-RR) e Demóstenes Torres (PFL – GO) recebem a comenda Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, em Brasília



28–8 – Bial do Livro de Fortaleza, lançamento da “Cartilha da Mulher”, produzida pelo Senado. Patrícia Saboya autografou as publicações no estande do Senado Federal. Local: Centro de Convenções, Fortaleza.

31–8 a 15–9 – Viagem oficial da senadora à Europa. A convite do Unicef, a senadora visitou a Itália, a Espanha e a França, onde falou sobre a experiência da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente e da CPMI da Exploração Sexual. Local: Madri, Florença e Paris.

25–9 – III Semana FA7 de Direito. Palestra da Senadora Patrícia sobre o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes. Local: Faculdade Sete de Setembro, Fortaleza.

Em Florença, na Itália, a senadora se reúne com o Vice-Presidente da região da Toscana, Angelo Passaleva



6-10 – Almoço na Embaixada da Espanha, com a presença do presidente Lula. O evento abriu oficialmente a exposição “Espanha Mostra o Nordeste”. Local: Embaixada da Espanha, Brasília.

7-10 – Lançamento do Programa Infantil “Chico e Pipoca” da TV Justiça. Local: Auditório da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, Brasília.

17 e 18-10 – Conferência Internacional das Mulheres Parlamentares sobre Proteção da Infância e da Adolescência, promovida pelo Congresso italiano, em Roma. Patrícia Saboya foi a única palestrante brasileira. Ela falou sobre o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes. Local: Parlamento italiano, Roma.

22-10 – 12º Congresso Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais, promovido pela ARPEN-Brasil. A senadora apresentou os resultados da CPMI da Exploração Sexual. Local: Hotel Vila Galé, Fortaleza.

3-11 – Almoço com a nova representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier. Local: Brasília.

9-11 – Reunião de trabalho com a Diretora-Executiva do Unicef no mundo, Carol Bellamy. Participaram também a representante da instituição no Brasil, Marie-Pierre Poirier,

além de parlamentares que integraram a CPMI da Exploração Sexual. Local: Senado Federal.

9-II – Jantar oferecido pela Embaixada da Itália em homenagem à senadora, com a presença de dois parlamentares italianos ligados à área de direitos humanos. Local: Brasília.

17-II – Entrega formal do relatório da CPMI da Exploração Sexual aos integrantes do CONANDA (Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), com a presença do Ministro Nilmar Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Local: Ministério da Justiça, Brasília.

Parlamentares se reúnem com a Diretora-Geral do Unicef, Carol Bellamy (primeira à direita), e com a representante da instituição no Brasil, Marie-Pierre Poirier (segunda à direita)



19-11 – Seminário com a presença dos prefeitos eleitos pelo PPS no Ceará. Local: Sede do Banco do Nordeste, Fortaleza.

22-11 – Reunião com o Governador do Ceará, Lúcio Alcântara, e a bancada do Estado no Congresso Nacional para discutir o Orçamento da União para 2005. Local: Palácio do governo, Fortaleza.

26-11 – Seminário Internacional de Combate à Exploração Sexual e Tráfico Humano. A senadora foi uma das debatedoras na Mesa que discutiu o tema da violência sexual contra a criança e o adolescente. Local: Assembléia Legislativa do Ceará, Fortaleza.

30-11 – Lançamento do carimbo comemorativo do Cinquentenário de Fundação da Universidade Federal do Ceará e do Centenário de Nascimento do Reitor Antônio Martins Filho, fundador da UFC. Local: Congresso Nacional, Brasília.

1º-12 – Reunião da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente para ouvir dois integrantes do Comitê das Nações Unidas para a Infância. O evento foi organizado em parceria com a ONG Save the Children Suécia e a ANCED (Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente). Local: Senado Federal, Brasília.

3-12 – Encontro Ceará Cidadão – Construindo uma Gestão Intersetorializada, promovido pela Associação das Primeiras-Damas dos Municípios do Estado. A senadora participou da cerimônia de encerramento do evento, falando sobre o papel da mulher no cenário político. Local: Fortaleza.

10 – 12 – Cerimônia de Entrega da Medalha do Mérito Legislativo, na Câmara Municipal de Fortaleza. Patrícia Saboya foi uma das agraciadas.

Reconhecimento **Público**

Algumas manifestações de apoio, de senadores e cidadãos comuns, à atuação de Patrícia Saboya

“**A**nossa Senadora Patrícia e a nossa Deputada Maria do Rosário fizeram, junto com outros parlamentares, um trabalho imenso para descobrir essa questão da prostituição infantil, do abuso contra a criança e o adolescente. Nós fizemos, aqui, um ato (no dia 18 de maio, data de mobilização nacional contra a violência sexual), e não tivemos coragem de mostrar tudo o que essas pessoas encontraram, porque é incontável o que se presencia neste País hoje, inclusive pela internet. São coisas que não podemos contar para um público menor de 50 anos de idade, de tão grave que é o problema.”

Presidente Lula durante cerimônia no Palácio do Planalto, em dezembro de 2004, em que recebeu a Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil.

“Excelentíssima Senadora Patrícia Saboya, posso dizer que a alegria – e por que não dizer o orgulho – em vê-la é nossa, como senadora do nosso Estado, presidindo a Comissão de Assuntos Sociais nesta reunião. Vossa Excelência representa

esse sentimento guerreiro do nordestino, de luta. E com que paixão dedica-se às causas sociais! Tenho acompanhado, por meio da televisão, da imprensa, a sua luta não só em Comissões Parlamentares de Inquérito, mas na sua atividade parlamentar, no problema da prostituição infantil, no problema relacionado à proteção da criança, a sua dedicação às causas pertinentes aos direitos da mulher. Por tudo isso aqui também vai a minha homenagem, o meu respeito.”

Ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União, durante audiência pública realizada na CAS, em novembro de 2004.

“Gostaria, em primeiro lugar, de parabenizá-la, Senadora Patrícia, pela sua atuação, entre outras áreas, na da prevenção e do combate à exploração sexual, o notável trabalho realizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Na verdade, senadora, de forma clara e leal, todos nós que exercemos função pública vivemos uma angústia construtiva. De um lado, os recursos são escassos. E, de outro, as carências são praticamente ilimitadas. Principalmente no contexto de um País como o nosso, que acumulou, ao longo da História, uma dívida social brutal, que nos envergonha, mas também nos desafia, nos coloca de pé a fim de resgatar e deixar às gerações futuras um País mais adequado aos valores que formam nossa tradição e nossa História. É claro

que gostaríamos de dispor de mais recursos para o Sentinela. Ele continua sendo uma de nossas prioridades. De acordo com os dados que Vossa Excelência apresentou, existem, de fato, 17 mil atendidos, mas a meta, até o final de 2004, é atender 24 mil. E para 2005, 28 mil. Já listamos também, para facilitar o trabalho, 150 municípios, a partir de um estudo em que os problemas se colocam com maior gravidade. A prioridade do programa é inquestionável.”

Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, durante audiência pública na CAS, em novembro de 2004, respondendo a questionamento da Senadora Patrícia sobre os recursos destinados pelo Governo Federal para o Programa Sentinela, que dá assistência às vítimas de exploração sexual.

“Senadora Patrícia Gomes, Vossa Excelência pode estar certa de que a sua presença nessa tribuna hoje comove todos que têm sentimento de brasilidade, todos que têm sentimento de humanidade, e esta Casa o tem. O pronunciamento de Vossa Excelência é comovente, mexe com os nossos nervos, faz com que o retrato deste País passe diante de nossos olhos e com que tenhamos a visão panorâmica de uma pátria rica e poderosa, mas tão injusta e tão desumana. Vossa Excelência apresenta um quadro de crianças que são exploradas até por autoridades. Imagine como me encontro, como brasileiro, e como se encontra cada um dos senadores, ouvindo esse relato pungente de Vossa Excelência a demonstrar que é assim que se trabalha. O discurso de Vossa Excelência é de cidadania, é de

amor; é um discurso humanitário e deve ser passado outras vezes no Senado da República. Deve haver reprise desta sessão, para que o Brasil inteiro se sensibilize, para que nossas autoridades se sensibilizem. Deve haver um planejamento efetivo para acabar com a exploração das nossas crianças.”

Senador Ramez Tebet (PMDB – MS).

“Patrícia, tenho 22 anos, sou estudante de Serviço Social da UECE (Universidade Estadual do Ceará). No dia 26 de novembro, eu estava na Assembléia Legislativa e vi sua maravilhosa palestra sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. Fiquei orgulhosa e lisonjeada em saber que existem pessoas apaixonadas, como eu, por nossas indefesas crianças. O seu relato sobre a CPMI me emocionou bastante. Infelizmente, eu não me aproximei de você apenas por timidez. Enfim, mais uma vez, quero parabenizá-la e dizer que você é um exemplo de mulher.”

Ana Isabel Cabral Lima, de Fortaleza.

“Vossa Excelência é dessas figuras que caem nas graças do povo brasileiro por justificada razão, como Ayrton Senna, Jô Soares e Marília Gabriela. O povo brasileiro tem esse costume de ter um bem-querer e simpatia, de forma justificada, por pessoas como Vossa Excelência, que foi uma carinhosa Primeira-Dama do Ceará e é uma das figuras marcantes da bancada que representa aquele Estado nesta Casa. Todos temos um registro muito forte do trabalho de Vossa Excelência quando de sua passagem no

Governo do Estado, na condição de Primeira-Dama, da sua militância política e, sem dúvida nenhuma, do trabalho que exerce neste Senado da República. Portanto, eu gostaria de congratular-me com o povo cearense por tê-la enviado para cá.”

Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO).

“Confesso que este é o meu primeiro e-mail para uma senadora. Sou psicóloga do Programa Sentinela de Itajaí (SC). Somos Centro de Referência e lidamos diariamente com a violência sexual. Tive acesso a sua cartilha *Esperança para as crianças do Brasil* (que traz o resumo das atividades da CPMI) e fiquei muito satisfeita de ser mulher, brasileira, e ver que nesta terra tem senadora e deputada do seu porte e de Maria do Rosário (relatora da CPMI). Com certeza, vocês fizeram e fazem a diferença para alterar esse fenômeno. O que mais me chamou a atenção foi o respeito com que trataram do tema. Isso fez com que as vítimas não se sentissem vilãs, mas vítimas. Não se sentissem prostitutas, mas prostituídas na sua infância e adolescência.”

Vera Lúcia Desiderio Mafra, Itajaí, Santa Catarina.

“Quero dizer que para nós é uma honra tê-la neste time de mulheres senadoras. Com certeza, dificuldades todos enfrentam para chegar aqui. Sabemos que, pela nossa condição, acabamos enfrentando mais do que outros. Então, é motivo de orgulho para mim tê-la ao nosso lado, na bancada feminina, também por sua história de luta, suas convicções, seu trabalho,

sua competência. É motivo de alegria poder contar com uma mulher senadora da República que faz parte da base de apoio de um Governo que trouxe esperança para milhões de brasileiros e vai contribuir para transformá-la em realidade.”

Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA).

“O Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Amazonas aproveita esta oportunidade para parabenizá-la pelo empenho e imparcialidade na condução da CPMI da Exploração Sexual. Que Deus continue a lhe dar saúde e forças para continuar a ser a guardiã dos direitos de crianças e adolescentes do nosso Brasil.”

Inácio Guedes Borges, Presidente do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Amazonas.

“Senadora Patrícia Saboya Gomes, Vossa Excelência coloca uma questão de grande importância ao propor a melhor integração das políticas sociais, a coordenação dos esforços, sobretudo para que, nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal –, venhamos a ter maior racionalidade e coordenação de programas, como o Programa de Transferência de Renda. Assinalo que Vossa Excelência dá uma contribuição muito positiva nessa área, bem como com a sua dedicação à resolução dos problemas da criança e do jovem.”

Senador Eduardo Suplicy (PT – SP).

“A presença de Vossa Excelência, pelo que significa e por suas teses, pelo cunho social, pela preocupação com o humanismo faz muito bem a todos nós. Muitas vezes, nós, aqui nestes tapetes e nesta luz tipo boate, não nos integramos e esquecemos a sociedade que representamos. Vossa Excelência está sendo essa voz que representa os humildes, os menores, as crianças e que dará um novo tom a este Congresso.”

Senador Pedro Simon (PMDB – RS).

Expediente

Coordenação geral

Gláucia Maria de Borba Benevides Gadelha/ Chefe de Gabinete

Edição

Patrícia Andrade

Produção dos textos

Equipe técnica do gabinete da Senadora Patrícia Saboya Gomes, em Brasília,
e do escritório do Ceará

Editoração e Capa

SECS / Núcleo de Criação e *Marketing* / Liu Lopes

Fotografia

Agência Senado

Agência Brasil

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900
Brasília – DF
OS nº 06638/2004

